

Privatização: uma Análise de Bem-Estar

Ricardo A. de Castro Pereira¹

Pedro Cavalcanti Ferreira²

Resumo

Este artigo utiliza um modelo dinâmico de equilíbrio geral para investigar impactos de bem-estar e alocativos de uma política de privatização da infra-estrutura. A economia que se está modelando é composta de dois tipos de capital, um inerentemente privado e um outro com características de bens públicos, denominado infra-estrutura, o qual é ofertado tanto pelo setor público quanto privado. Admitindo-se que este segundo tipo de capital gera efeitos externos positivos, a oferta pública de infra-estrutura pode melhorar a alocação descentralizada desta economia. Porém, supondo que os impostos que financiam esta oferta e demais gastos públicos distorcem as decisões dos agentes, deprimindo o nível de bem-estar, a privatização da infra-estrutura pode ser uma política satisfatória do ponto de vista social. As simulações indicam que os ganhos de bem-estar de uma política de privatização da infra-estrutura dependem fortemente do grau de contribuição da oferta privada vis-à-vis a pública na geração de efeitos externos positivos.

Palavras-Chave: Privatização; Infra-Estrutura; Bem-Estar; Modelo Recursivo Dinâmico.

Classificação ANPEC: AREA 5

JEL: E62; H30; H54, E37

Abstract

This paper analyzes in a recursive macroeconomic model the welfare and allocation impacts of privatization. There are two types of capital in this model economy, one exclusively private and the other has public good features, denominated infrastructure, which is offered by both public and private sectors. Assuming a positive externality due to infrastructure capital, the government can improve upon decentralized allocations by way of internalizing the externality, but public investment and transfers are financed through distortionary taxation. According to the model-based simulations there might exist substantial welfare net gains associated with a privatizing infrastructure policy, depending on the external effect of the public versus private infrastructure supply.

Keywords: Privatization; Infrastructure; Welfare; Dynamic Recursive Model.

ANPEC Classification: AREA 5

JEL: E62; H30; H54, E37

¹Curso de Pós-Graduação em Economia CAEN, Universidade Federal do Ceará, rpereira@caen.ufc.br

²Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Pedro.Ferreira@fgv.br

1 Introdução

Infra-estrutura e privatização de bens públicos têm sido objetos de uma extensa literatura e centro de um debate sobre políticas públicas tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Por um lado, o impacto produtivo da infra-estrutura pública foi bastante investigado em diversos estudos, começando com o trabalho pioneiro de Aschauer (1989). Estes estudos usam diferentes técnicas econométricas e dados amostrais para estimar a significância da produtividade do capital público. Embora as magnitudes variem consideravelmente, as estimativas, em geral (por exemplo, Aschauer (1989), Ai e Cassou (1995), Dufy-Deno e Eberts (1991) e Easterly e Rebelo (1993)), tendem a confirmar a hipótese de que o capital público afeta positivamente a produtividade e o produto da economia, apesar de algumas importantes exceções (por exemplo, Holtz-Eakin (1992) e Hulten e Schwab (1992)). Por outro lado, a percepção da fraca performance do gerenciamento deste capital pelo setor público, dentre outras razões, provavelmente, desencadeou a forte onda de privatizações e concessões de bens públicos ocorrida em um grande número de países ao longo das últimas décadas.

Após iniciais controvérsias na sua introdução, no começo da década de oitenta, pelo governo britânico de Margaret Thatcher, hoje, a privatização de empresas ou outros ativos públicos tornou-se um instrumento de política econômica legítimo e disseminado em mais de cem países, segundo Megginson e Netter (2001). Certamente, a razão desta mudança baseia-se na crença de que privatizações de ativos públicos contribuem para o aumento da eficiência econômica. Megginson e Netter (2001) apresentam uma vasta lista de evidências empíricas indicando aumentos de produtividade em empresas públicas após terem sido privatizadas. Porém, apesar de algumas sugestivas indicações de efeitos positivos da privatização sobre a produtividade total da economia (por exemplo, Schmitz (2001) e Schmitz e Teixeira (2004)), é, ainda, bastante desconhecida, a dimensão deste impacto.

Neste artigo, é usado um modelo de equilíbrio geral, basicamente uma variação do modelo neo-clássico de crescimento, para investigar os impactos sobre as alocações de longo prazo e os custos de bem-estar proporcionados por uma política de privatização da infra-estrutura pública. A economia que se está modelando é composta de dois tipos de capital, um inerentemente privado (capital) e um outro com características de bens públicos, que genericamente é denominado de infra-estrutura, o qual gera externalidade positiva sobre o total da economia. Esta infra-estrutura, entretanto, é suposta ser ofertada tanto pelo governo como pelo setor privado e, além disso, admite-se a possibilidade destes estoques apresentarem diferentes níveis de qualidade, o que se expressa no modelo pela intensidade relativa de contribuição da infra-estrutura privada *vis-à-vis* a pública na promoção dos efeitos externos positivos. Esta hipótese é uma variação do argumento de Hulten (1996), o qual reconhece que a qualidade da oferta de infra-estrutura ou, a forma como esta é usada, pode ser tão determinante para o desempenho da economia quanto a sua quantidade ofertada. Basicamente, o que se faz neste artigo é reconhecer que o setor privado também oferta infra-estrutura e, portanto, as suas características de qualidade e quantidade comparadas às da oferta pública podem afetar o desempenho da economia, uma vez que afetam a intensidade dos efeitos externos positivos gerados pela infra-estrutura.

Diante das incertezas quanto à intensidade dos efeitos positivos exercido pela infra-estrutura sobre a produtividade total da economia e o respectivo grau de contribuição da oferta privada *vis-à-vis* a pública, na geração destas externalidades, neste artigo, opta-se por analisar diversas possibilidades de ambientes. Assim, nas simulações do modelo, o impacto da privatização, sobre o nível de bem-estar ou eficiência econômica, é analisado em ambas estas dimensões.

Um governo benevolente pode melhorar a alocação descentralizada da economia, procurando internalizar as externalidades positivas promovidas pelo estoque de infra-estrutura, elevando, assim, o nível de bem-estar. Entretanto, admitindo-se que uma taxa do tipo "lamp sum" não é uma opção factível, resta ao governo utilizar somente taxas que distorcem as decisões dos agentes econômicos para financiar seus investimentos em infra-estrutura pública, o que, inversamente, contribui para

uma queda no nível de bem-estar social.

Levando-se em conta a possibilidade destas distorções serem, suficientemente, significativas, surge uma dimensão adicional para se avaliar a política de privatização. A simples redução de alíquotas de impostos que esta possibilita, devido o encolhimento do tamanho do estado em consequência da redução dos investimentos públicos. Os resultados das simulações indicam que este mecanismo pode gerar aumentos de eficiência expressivos, mesmo admitindo-se que os estoques público e privado de infra-estrutura possuam iguais produtividades.

Este artigo está organizado da seguinte maneira. Na seção 2 apresenta-se o modelo supondo haver ofertas pública e privada de infra-estrutura. Na seção 3 faz-se a descrição de como os parâmetros do modelo são obtidos. Na seção 4, após a descrição da medida de bem-estar a ser utilizada, apresentam-se simulações de políticas de privatização para diferentes combinações de parâmetros, admitindo-se haver ou não redução de alíquotas de impostos após a privatização. Finalmente, na seção 5, destacam-se as principais conclusões obtidas.

2 O Modelo

Supõe-se um bem final homogêneo, produzido a partir da oferta total de trabalho e dos diferentes estoques de capital (privados ou público).

Os estoques de capital são diferenciados e agrupados de acordo com suas capacidades em promover efeitos externos sobre o global da economia.

Denomina-se estoque de capital de infra-estrutura, ou apenas “infra-estrutura”, aquele estoque de capital capaz de gerar externalidades positivas. O restante da oferta agregada de capital da economia é denominado apenas de “capital” e, por hipótese, não promove nenhum efeito externo positivo ou negativo. Com efeito, para o primeiro grupo de ativos, admite-se que o retorno social da infra-estrutura seja superior ao retorno privado, enquanto, para o segundo grupo, supõe-se que o retorno do capital seja inteiramente apropriado privadamente.

A função de produção agregada per capita desta economia é suposta ser expressa por³:

$$Y = F K^\theta G^\phi H^{1-\theta-\phi} \bar{G}^\gamma \quad (1)$$

onde F é um parâmetro de escala; θ , ϕ e γ são parâmetros não negativos, tais que $\theta + \phi + \gamma < 1$; as variáveis agregadas per capita Y , H , K e G são, respectivamente, o produto ou renda total, o número de horas trabalhadas, o estoque de capital e o estoque de infra-estrutura e, por fim, a expressão \bar{G}^γ representa o efeito externo positivo (sobre a produtividade total dos fatores) promovido pelo estoque de infra-estrutura G , cuja intensidade é determinada pelo parâmetro γ .

Note que, a função apresenta retornos constantes de escala nos insumos H , K e G , ou seja, nos insumos passíveis serem apropriados privadamente, mas retornos crescentes de escala quando se consideram os efeitos externos da infra-estrutura que não podem ser apropriados privadamente (promovidos por \bar{G}).

Supõe-se, ainda, que, o capital de infra-estrutura (G ou \bar{G}) é um **bem composto**, formado por estoques de capital de infra-estrutura fornecidos tanto pelo setor privado (Gp) como público (Gg). Esta formulação segue Suescún (2005), onde a oferta total de infra-estrutura é composta dos estoques de capital privado e público organizados segundo uma função CES.

Entretanto, por simplicidade e considerando-se o objetivo de avaliar o processo de privatização da infra-estrutura pública, propõe-se uma formulação mais restrita para este bem composto, admitindo-se, por hipótese, que ambos os estoques, privado e público, sejam substitutos perfeitos.

³A função de produção sugerida é uma variante da função proposta por Hulten (1996).

A oferta total de infra-estrutura é definida como um agregado dos estoques privado (Gp) e público (Gg) da seguinte maneira:

$$G = Gp + \alpha g Gg \quad (2)$$

$$\bar{G} = \alpha p Gp + Gg \quad (3)$$

onde αg e αp são números não negativos.

A idéia por trás desta forma alternativa de expressar a oferta agregada do estoque de infra-estrutura utilizando-se as constantes αg e αp busca refletir possíveis diferenças de produtividade entre os estoques privado e público. O parâmetro αp reflete a capacidade ou qualidade do estoque privado de infra-estrutura em promover efeitos externos positivos sobre o total da economia *vis-à-vis* a infra-estrutura pública. Enquanto, o parâmetro αg reflete o potencial relativo do estoque público de infra-estrutura em gerar retornos possíveis de serem apropriados privadamente em comparação ao estoque de infra-estrutura privado.

Esta formulação alternativa da função de produção pode ser vista como uma variante da função de produção proposta por Hulten (1996), a qual reconhece que a qualidade da oferta de infra-estrutura (expressa pelos parâmetros αg e αp) afeta a produtividade total da economia. A diferença básica, aqui, é que na formulação da função de produção deste artigo o setor privado também oferta infra-estrutura e, portanto, admitindo-se a possibilidade do estoque privado possuir qualidade distinta do estoque público, pode-se admitir $\alpha p \neq \alpha g \neq 1$.

Admitindo-se por hipótese as equações 2 e 3, redefine-se a função de produção agregada (1) como:

$$Y = F K^\theta (Gp + \alpha g Gg)^\phi H^{1-\theta-\phi} \bar{G}^\gamma \quad (4)$$

onde $\bar{G} = \alpha p Gp + Gg$.

A equação (4) é a função de produção com que se depara a firma representativa, a qual, em cada instante t , escolhe os níveis de trabalho (H), capital (K) e infra-estrutura (Gp e Gg) de forma a maximizar seu lucro, tomando como dados preços e a oferta de infra-estrutura per capita da economia (\bar{G})⁴.

Portanto, o problema da firma representativa, para cada período t é:

$$\max_{H_t, K_t, Gp_t, Gg_t} F K_t^\theta (Gp_t + \alpha g Gg_t)^\phi H_t^{1-\theta-\phi} \bar{G}_t^\gamma - w_t H_t - r_t K_t - rop_t Gp_t - rog_t Gg_t \quad (5)$$

Supondo uma solução interior para o problema acima, considerando-se a perfeita substitutibilidade entre os estoques de infra-estrutura privada (Gp) e pública (Gg), encontram-se as expressões para salários (w) e taxas de aluguel do capital (r) e dos estoques de infra-estrutura privada (ro) e pública (rog):

$$w_t = (1 - \theta - \phi) F K_t^\theta (Gp_t + \alpha g Gg_t)^\phi H_t^{-\theta-\phi} \bar{G}_t^\gamma \quad (6)$$

$$r_t = \theta F K_t^{\theta-1} (Gp_t + \alpha g Gg_t)^\phi H_t^{1-\theta-\phi} \bar{G}_t^\gamma \quad (7)$$

⁴Supõe-se que um único bem homogêneo é produzido através de um único processo produtivo. Com efeito, a firma representativa descreve a média das atividades produtivas em curso na economia, incluindo, portanto, processos produtivos públicos e privados. Assim, a hipótese de maximização de lucros é, na verdade, uma hipótese simplificadora, na medida em que o setor público nem sempre persegue este objetivo.

$$ro_t = \phi F K_t^\theta (Gp_t + \alpha g Gg_t)^{\phi-1} H_t^{1-\theta-\phi} \bar{G}_t^\gamma \quad (8)$$

$$rog_t = \alpha g \phi F K_t^\theta (Gp_t + \alpha g Gg_t)^{\phi-1} H_t^{1-\theta-\phi} \bar{G}_t^\gamma \quad (9)$$

Supõe-se uma família ou consumidor representativo que vive infinitos períodos e, em cada período t , é dotado de uma unidade de tempo disponível para o trabalho (h_t) e lazer ($1 - h_t$), extrai utilidade do consumo (c_t), além do lazer, e desconta o futuro a um fator β pertencente ao intervalo $(0, 1)$ de acordo com a seguinte expressão⁵:

$$U[c_0, c_1, \dots, h_0, h_1, \dots] = \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t [\ln c_t + A \ln(1 - h_t)]$$

onde A é uma constante expressando a importância relativa do lazer *vis-à-vis* o consumo.

Supõe-se, ainda, que a família representativa seja dotada no período t de estoques acumulados de capital (k_t) e infra-estrutura privada (gp_t) e que suas rendas sejam compostas de renda do trabalho ofertado às firmas ($w_t h_t$), renda obtida pelo aluguel às firmas dos estoques de capital ($r_t k_t$) e infra-estrutura privada ($ro_t gp_t$) e renda auferida no recebimento de transferências do governo (Ω_t). Supõe-se, também, que todas estas fontes de renda, exceto transferências, sejam taxadas pelo governo e que a renda disponível em cada instante t seja gasta em consumo (c_t) e investimentos em bens de capital (i_t) e infra-estrutura privada (jp_t). Assim, a restrição orçamentária da família representativa em t é:

$$c_t + i_t + jp_t \leq (1 - \tau h_t) w_t h_t + (1 - \tau k_t) r_t k_t + (1 - \tau g_t) ro_t gp_t + \Omega_t \quad (10)$$

onde τh_t , τk_t e τg_t são as taxas impostas pelo governo.

Admite-se que o consumidor conhece as leis de movimento dos estoques privados de capital e infra-estrutura, além do estoque de infra-estrutura pública, supostas, respectivamente, como:

$$k_{t+1} = (1 - \delta)k_t + i_t \quad (11)$$

$$gp_{t+1} = (1 - \delta g)gp_t + jp_t \quad (12)$$

$$Gg_{t+1} = (1 - \delta g)Gg_t + Jg_t \quad (13)$$

onde δ e δg são, respectivamente, as taxas de depreciação dos estoques de capital e infra-estrutura e Jg_t é o investimento público em infra-estrutura no momento t .

Por fim, supõe-se que o consumidor toma todas as ações do governo como dadas e impõe-se que o governo esteja restrito a manter seu orçamento equilibrado para todo período t , ou seja, desconsidera-se, aqui, a possibilidade de endividamento público. Assim, a restrição orçamentária do governo em t pode ser expressa por:

$$\Omega_t + Jg_t = \tau h_t (w_t H_t) + \tau k_t (r_t K_t) + \tau g_t (ro_t Gp_t) + rog_t Gg_t, \quad \forall t \quad (14)$$

O lado esquerdo da equação corresponde às despesas do governo no período t , enquanto, o lado direito descreve as receitas públicas. Note que, a receita do governo é composta de tributos (os três

⁵Letras maiúsculas são usadas para variáveis agregadas e letras minúsculas para variáveis sobre as quais o consumidor representativo possui controle, com exceção dos preços que estão expressos em letras minúsculas, apesar de supostos tomados como dados.

primeiros termos do lado direito da equação) e da receita proveniente do aluguel da infra-estrutura pública às firmas.

Esta forma de descrição da receita pública deve-se às restrições impostas pelas hipóteses do modelo e não necessariamente diz respeito à forma como a receita pública no mundo real é obtida.

Na verdade, se todos os serviços públicos fossem pagos de acordo com seus custos de produção, a formulação acima seria compatível com as contas públicas reais. No entanto, isto, em geral, não é observado devido a substancial parcela de serviços públicos ofertados gratuitamente.

Contudo, todos os serviços públicos, gratuitos ou não, como qualquer outro bem ou serviço, são produzidos a partir de trabalho, capital e infra-estrutura, organizados segundo algum processo produtivo específico (função de produção) e, portanto, existe um custo de oportunidade nesta produção que é pago ou pelos consumidores destes bens ou pelas firmas que os produzem (as firmas públicas no caso dos serviços públicos gratuitos).

Porém, neste artigo, por simplicidade, um único processo produtivo é suposto, o qual, desta maneira, deve incluir firmas públicas e privadas e a separação entre elas não é possível. Diante disto, optou-se pela suposição de que todas as firmas comportem-se como firmas maximizadoras de lucro e cobrem o valor de mercado pela sua oferta de produção.

Portanto, a renda do aluguel da infra-estrutura pública ($rog\ Gg$), presente no problema das firmas, é imputada na restrição orçamentária do governo e, conseqüentemente, no problema do consumidor, supõe-se que todos os bens e serviços privados ou públicos sejam pagos pelas famílias.

Entretanto, como em economias do mundo real, grande parte da oferta de serviços públicos é gratuita, a solução encontrada foi compensar as famílias pelo pagamento destes serviços através de uma transferência de renda correspondente a estes gastos. Com efeito, o termo Ω_t na equação (14) e (10) incorpora o total das despesas do governo com a oferta gratuita destes bens e serviços públicos, além das transferências, propriamente ditas, de recursos financeiros às famílias

Assim, explicitando a variável Ω_t na equação (14) tem-se:

$$\Omega_t = Tf_t + rog_t\ Gg_t \quad (15)$$

onde a expressão $rog\ Gg$ corresponde ao custo de oportunidade incorrido pelo governo por este abrir mão da receita do aluguel da infra-estrutura pública às firmas em favor das famílias. A variável Tf_t seria o restante das transferências públicas às famílias.

Substituindo a equação (15) na (14), após o cancelamento dos termos $rog\ Gg$, obtém-se:

$$Tf_t + Jg_t = \tau h_t (w_t H_t) + \tau k_t (r_t K_t) + \tau g_t (ro_t Gp_t), \quad \forall t \quad (16)$$

Dadas as alíquotas de impostos sobre as rendas do trabalho, do capital e da infra-estrutura privada, respectivamente, τh_t , τk_t e τg_t , o total da receita corrente de impostos do governo é:

$$T_t = \tau h_t (w_t H_t) + \tau k_t (r_t K_t) + \tau g_t (ro_t Gp_t) \quad (17)$$

Substituindo esta equação (17) em (14) e supondo invariante a forma de distribuição da receita de impostos entre despesas com as transferências Tf_t e os investimentos em infra-estrutura, Jg_t , tem-se:

$$Tf_t = \alpha_0 T_t \quad (18)$$

$$Jg_t = (1 - \alpha_0) T_t \quad (19)$$

onde α_0 é a fração constante da receita corrente de impostos dedicada ao financiamento das transferências de recursos às famílias.

Uma política pública no momento t é definida como o vetor $\tau_t = (\alpha 0, \tau g_t, \tau k_t, \tau h_t)$.⁶

Assim, escrevendo o problema do consumidor na sua forma recursiva, tem-se as seguintes equações de otimalidade⁷:

$$v(K, k, Gp, gp, Gg, \tau) = \max_{c, h, i, jp} [\ln c + A \ln(1 - h) + \beta v(K', k', Gp', gp', Gg', \tau')] \quad (20)$$

sujeito a

$$c + i + jp = (1 - \tau h)w(K, Gp, Gg, \tau)h + (1 - \tau k)r(K, Gp, Gg, \tau)k \\ + (1 - \tau g)ro(K, Gp, Gg, \tau)g + \Omega$$

$$k' = (1 - \delta)k + i$$

$$gp' = (1 - \delta g)gp + jp$$

dados os preços, k_0 e $gp_0 > 0$, $c \geq 0$ e $0 \leq h \leq 1$.

Pode-se mostrar que, após algumas manipulações simples, a solução para este problema satisfaz as seguintes condições:

$$\frac{1}{c} = \frac{\beta [(1 - \tau k')\theta F \left(\frac{K'}{H'}\right)^{\theta-1} \left(\frac{Gp'+\alpha g Gg'}{H'}\right)^\phi (\bar{G}')^\gamma + 1 - \delta]}{c'} \quad (21)$$

$$\frac{1}{c} = \frac{\beta [(1 - \tau g') \phi F \left(\frac{K'}{H'}\right)^\theta \left(\frac{Gp'+\alpha g Gg'}{H'}\right)^{\phi-1} (\bar{G}')^\gamma + 1 - \delta g]}{c'} \quad (22)$$

$$\frac{A}{1 - h} = \frac{(1 - \tau h) (1 - \theta - \phi) F \left(\frac{K}{H}\right)^\theta \left(\frac{Gp+\alpha g Gg}{H}\right)^\phi (\bar{G})^\gamma}{c} \quad (23)$$

Estas três equações são padrões. As duas primeiras (21 e 22) são equações de Euler que dizem que o custo de abrir mão de uma unidade de consumo hoje (c), em equilíbrio, deve ser igual ao retorno líquido, medido em termos do consumo amanhã (c') descontado, do investimento desta unidade, respectivamente, em capital (k) e em infra-estrutura (gp). A terceira equação (23) equaliza o custo de uma unidade a menos de lazer com o retorno, medido em termos de consumo, de uma unidade extra de trabalho.

Definição: Dados $\tau = (\alpha 0, \tau g, \tau k, \tau h)$, $s = (K, k, Gp, gp, Gg, \tau)$ e $S = (K, Gp, Gg, \tau)$, um *Equilíbrio Competitivo Recursivo* para esta economia é um conjunto de regras de decisão, $c(s)$, $i(s)$, $jp(s)$, $h(s)$, um conjunto de regras de decisão agregadas $C(S)$, $I(S)$, $Jp(S)$, $H(S)$, funções para os preços dos fatores $w(S)$, $r(S)$, $ro(S)$, $rog(S)$ e uma função valor $v(s)$ tais que, dada a trajetória de política pública (i.e. a sequência $\{\tau_t\}_{t=0}^\infty$) determinada pelo governo, satisfazem: a) o problema do consumidor 20; b) o problema das firmas 5; c) a consistência entre as decisões individuais e agregadas, i.e., $C(S) = c(s)$, $I(S) = i(s)$, $Jp(S) = jp(s)$ e $H(S) = h(s)$ quando $k = K$ e $gp = Gp$; d) o orçamento equilibrado do governo e e) a restrição de recursos da economia, $c(s) + i(s) + jp(s) + Jg(S) = Y(S) = F K^\theta (Gp + \alpha g Gg)^\phi H^{1-\theta-\phi} \bar{G}^\gamma$, onde $\bar{G} = \alpha p Gp + Gg$, $\forall S$ ⁸.

⁶Assume-se, da mesma maneira que em Chari, Christiano e Kehoe (1994), a existência de uma tecnologia de comprometimento ou alguma instituição que force o governo a cumprir a política anunciada no período zero. Ou seja, uma vez determinada a política do governo (i.e. $\{\tau_t\}_{t=0}^\infty$) no período inicial, os agentes econômicos escolhem suas alocações, de tal forma que, os preços e as alocações das famílias podem ser descritas como função desta política.

⁷Usa-se x' para indicar a variável no próximo período.

⁸Glomm e Ravikumar (1994) provaram existência e unicidade em um modelo muito próximo ao modelo aqui apresentado, sendo a principal diferença o fato de suporem $\gamma = 0$. A condição para unicidade usada por eles equivale, no presente modelo, a supor $\theta + \phi + \gamma < 1$ (o que determina que o conjunto de restrições seja convexo), condição assumida em qualquer das simulações propostas.

3 Calibração

A escolha dos parâmetros é feita de forma que a solução estacionária do modelo reproduza certos aspectos da economia americana, admitindo-se que esta esteja em uma trajetória estacionária. Os dados utilizados correspondem àqueles fornecidos pelas contas nacionais americanas (NIPA) e referem-se às médias de variáveis, medidas em relação ao produto, ao longo da década de noventa.⁹

Parâmetros δg e δ :

A partir dos dados anuais da NIPA, para investimentos públicos e estoque de capital público em relação ao produto, obtém as seguintes médias para os anos noventa: $Jg/Y = 0,033$ e $Gg/Y = 0,604$. Admitindo-se a economia em trajetória estacionária, determina-se a taxa anual média de depreciação do estoque de infra-estrutura pública, aproximadamente, $\delta g = 0,054$, dado que $\delta g = (Jg/Gg)$.

O total do estoque privado de capital é contabilizado pela NIPA através do agregado de diferentes tipos de capital. Portanto, pinçou-se, dentre estes, o que se arbitrou como capital pertencente ao estoque privado de infra-estrutura. A média destes estoques em relação ao produto, para os anos noventa, é: $Gp/Y = 0,253$, o que equivale, aproximadamente, a 10% do correspondente valor da NIPA para o total do estoque privado de capital $(K + Gp)/Y = 2,452$ ¹⁰. Assim, determina-se: $K/Y = 2,199$.

Conhecido, Gp/Y , obtém $Jp/Y = 0,014$, dado que, por hipótese, $\delta g = (Jp/Gp)$. A partir deste valor determina-se $I/Y = 0,210$, uma vez que, segundo a NIPA, o total dos investimentos privados, em relação ao produto, em média para os anos noventa, vale: $(I + Jp)/Y = 0,223$ ¹¹.

Com efeito, dado que em estado estacionário tem-se $\delta = I/K$, de acordo com o modelo a taxa anual média de depreciação é, aproximadamente, 0,095.

Parâmetros β , τg e αg :

O fator de desconto $\beta = 1/(1 + i)$, é fixado, aproximadamente, em 0,961, refletindo uma taxa anual de juros real líquida $i = 4,1\%$.

Em relação ao mesmo período (anos noventa), McGrattan e Prescott (2005) sugerem esta taxa como referência básica para o custo de oportunidade do capital ofertado pelo setor público. Assim, na medida em que a depreciação deste capital é $\delta g = 0,054$, pode-se imputar como valor, estacionário, de mercado do aluguel da infra-estrutura pública, $rog = 0,095 (= i + \delta g)$. Com efeito, isto implica na seguinte relação numérica: $\beta = 1/(1 + rog - \delta g)$.

Supondo uma oferta positiva para a infra-estrutura privada ($Gp > 0$), as condições de primeira ordem do problema das firmas (equações 8 e 9) e famílias (equação 22) implicam, respectivamente,

⁹O estado estacionário é caracterizado por uma política pública invariante (denominada **Política Básica** ou **Atual** do Governo), isto é, $\tau_t = (\alpha 0, \tau g, \tau k, \tau h)$ para todo t , tal como, valores constantes para as demais variáveis: $c = C = c^*$, $i = I = i^*$, $jp = Jp = jp^*$, $h = H = h^*$, $k = K = k^*$, $gp = Gp^* = gp^*$, $Gg = Gg^*$, $Jg = Jg^*$, $Tf = Tf^*$ para todo t . A solução é obtida aplicando-se estas condições sobre o conjunto de condições de primeira ordem do problema do consumidor 20 e das firmas 5, além da restrição orçamentária do governo 14.

¹⁰Os estoques de capital escolhidos para compor a infra-estrutura privada de capital (Gp) foram extraídos da contabilidade da BEA (Bureau of Economic Analysis, Table 2.1. Current-Cost Net Stock of Private Fixed Assets, Equipment and Software, and Structures by Type, <http://www.bea.gov/bea/dn/FA2004/SelectTable.asp>) e correspondem aos seguintes tipos de capital: 1) Equipment and software: Computers and peripheral equipment, Software, Communication equipment, Transportation equipment; and 2) Structures: Communication, Educational, Railroads and Other structures (consisting primarily of streets, dams and reservoirs, sewer and water facilities, parks, and airfields).

¹¹Para haver correspondência entre o conceito de investimento do modelo e os dados da NIPA, considera-se investimento o agregado das seguintes variáveis: Investimento doméstico bruto (gross private domestic investment), consumo de bens duráveis (personal consumption expenditures of durable goods) e exportações líquidas (net exports of goods and services)

nas seguintes equações: $rog = \alpha g ro$ e $1 = \beta [(1 - \tau g) ro + 1 - \delta g]$. Substituindo a primeira equação na segunda tem-se:

$$\beta = \frac{1}{\frac{(1-\tau g)}{\alpha g} rog + 1 - \delta g}$$

Assim, para que haja consistência entre o valor de β escolhido e a equação acima (a qual reflete uma oferta positiva para a infra-estrutura privada), o modelo impõe a seguinte restrição a ser obedecida: $(1 - \tau g) = \alpha g$. Por simplicidade, admite-se $\tau g = 0$ e, portanto, como consequência $\alpha g = 1$ e $ro = rog$. Na medida em que parte dos estoques eleitos para compor a oferta de infra-estrutura, na verdade, por suas características de bens públicos, costumam ser subsidiados pelo governo, enquanto outra parte não, supor, em média, uma alíquota nula sobre a renda do capital de infra-estrutura, pode ser uma razoável aproximação da realidade. A hipótese de retornos brutos semelhantes para os estoques de infra-estrutura privada e pública pode ser verificada, igualmente, em Suescún (2005).

Parâmetros θ , ϕ e τk :

A obtenção dos parâmetros $(\theta + \phi)$ ou $(1 - \theta - \phi)$ depende do que se atribui, exatamente, como renda proveniente do capital ou trabalho nos dados da NIPA. Por simplicidade, define-se como renda do trabalho (wH), o agregado das compensações pagas aos empregados (compensation of employees paid) com as possíveis discrepâncias estatísticas ocorridas nas contabilidades da NIPA entre a renda e produto da economia. Portanto, a média da renda do trabalho, em relação ao produto, para a década de noventa, é: $1 - \theta - \phi = 0,582 (= wH/Y)$.

Uma vez que as condições de primeira ordem do problema das firmas (equações 8 e 9) implicam: $\phi = roGp/Y + rogGg/Y$, de acordo com os valores acima, determina-se $\phi = 0,082$ e, conseqüentemente, $\theta = 0,337$.

A partir das condições de primeira ordem do problema das firmas e famílias (equações 7 e 21), admitindo-se uma trajetória estacionária, tem-se, respectivamente: $rK/Y = \theta$ e $1 = \beta[(1 - \tau k)r + 1 - \delta]$. Portanto, uma vez que $r = 0,153$, obtém-se, através desta segunda equação, $\tau k = 0,110$.

Parâmetros α_0 e τh :

Segundo dados da NIPA, em média para os anos noventa, a receita de impostos em relação ao produto corresponde a: $T/Y = 0,277$ ¹². Como $Jg/Y = 0,033$, como já mencionado anteriormente, determina-se, aproximadamente, $\alpha_0 = 0,882$, dado que, segundo a equação (19), tem-se: $(1 - \alpha_0) = Jg/T$.

Dividindo-se por Y a equação que descreve a receita de impostos (equação 17), tem-se:

$$T/Y = \tau h(wH/Y) + \tau k(rK/Y) + \tau g(roGp/Y)$$

Dados os demais parâmetros e relações entre variáveis desta equação obtém-se: $\tau h = 0,414$.

Parâmetro A :

A partir das condições de primeira ordem do problema das firmas e famílias (equações 6 e 23), encontra-se a seguinte expressão para o parâmetro A :

¹²Este valor equivale ao agregado da receita corrente de impostos (current tax receipts) e contribuições para o seguro social (contributions for government social insurance) relativos à Tabela 3.1. da NIPA (Government Current Receipts and Expenditures)

$$A = \frac{(1 - H)(1 - \tau h)(1 - \theta - \phi)}{HC/Y}$$

Admitindo-se, como em Cooley e Prescott (1995), que as famílias alocam cerca de um terço de suas horas disponíveis ao trabalho, assume-se $H = 0,333$. Além disto, como segundo dados da NIPA, em média, para a década de noventa, o consumo (incluído o consumo do governo) em relação ao produto vale: $C/Y = 0,744$, determina-se $A = 0,917$.

Parâmetros F , γ e αp :

O parâmetro de escala F tem como finalidade ajustar o valor do produto de forma a torná-lo unitário.

O valor do parâmetro γ não pode ser obtido diretamente através da contabilidade nacional e, infelizmente, não existe na literatura um valor disponível que não esteja sujeito a críticas, de acordo com Ferreira (1998). Porém, apesar da inexistência de consenso quanto ao seu valor, em geral, se aceita a suposição de um efeito positivo (vide, por exemplo, Aschauer (1989), Ai e Cassou (1995), Duffy-Deno e Eberts (1991), Easterly e Rebelo (1993) e Calderón e Servén (2003)).

Alguns trabalhos recentes como Ferreira e Nascimento (2005) e Suescún (2005), a partir de funções de produção muito semelhantes àquela suposta neste artigo, determinaram valores bastante distintos, respectivamente, 0,09 e 0,165 para o agregado dos parâmetros ϕ e γ . Assim, dado o valor de ϕ ($= 0,082$), decidiu-se arbitrar diferentes valores para γ nas simulações a serem obtidas. Fazendo seu valor oscilar entre três possibilidades, $\gamma = 0$, $\gamma = 0,05$ e $\gamma = 0,10$.

Por razões semelhantes ao parâmetro γ , o valor de αp , também, deve ser arbitrado. Relembrando o seu significado, o parâmetro αp reflete a capacidade ou qualidade do estoque privado de infraestrutura em promover efeitos externos positivos sobre o total da economia *vis-à-vis* a infraestrutura pública. Com efeito, supor $\alpha p > 1$ implica na hipótese de que o estoque privado de infraestrutura gera maior impacto positivo sobre a produtividade total da economia que o estoque público.

Enquanto muito há de evidências anedóticas sugerindo $\alpha p > 1$, baseadas em supostas ineficiências inerentes ao setor público, muito poucas evidências contundentes se apresentam. Um resultado importante pode ser verificado em Schmitz (2001), a partir de dados para a economia do Egito, o autor mensura uma perda na produtividade total dos fatores de 64% ao se adotar uma política de exclusiva produção de bens de investimento pelo setor público, comparada a uma política onde esta produção é exclusividade do setor privado. Um outro resultado revelador, sugerido por Schmitz e Teixeira (2004), trata dos ganhos de produtividade disseminados sobre toda a indústria de mineração brasileira após a privatização, na década de noventa, das empresas públicas pertencentes a este setor.

Entretanto, apesar dos resultados acima indicarem como aceitável a suposição de $\alpha p > 1$, a imposição de um valor exato para este continua temerosa. Considera-se mais apropriado, portanto, admitir diferentes valores para o parâmetro αp , procurando, com isto, verificar em que medida o seu valor afeta o desempenho da política de privatização. Neste sentido, arbitra-se um conjunto relativamente amplo de possibilidades para αp : (0,5; 1; 1,5; 2 e 3).

Valores do parâmetro αp maiores que um indicam a superioridade do setor privado na oferta de infraestrutura, o que, certamente, determina benefícios para o processo de privatização, considerando-se a redução da ineficiência proporcionada pela transferência do estoque público ao setor privado. Entretanto, os benefícios da privatização podem ser determinados pela redução de outros tipos de ineficiência relacionados à oferta pública de capital.

Pritchett (2000) sugere que nem todos os gastos com investimento transformam-se efetivamente em capital, o que é, particularmente, pronunciado nos investimentos públicos. Ferreira (1998) indica uma forma simples de modelar estes desperdícios, sugerindo, por hipótese, que somente uma fração $1 - \lambda$ ($= 0,8$) da receita de impostos, destinada a investimentos públicos, é efetivamente transformada em bens de capital.

A introdução desta ineficiência do setor público no modelo, apresentado na seção anterior, equivaleria a substituir a equação (19) por:

$$Jg = (1 - \lambda)(1 - \alpha 0)T \quad (24)$$

Note que, na hipótese do valor Jg , informado nos dados da NIPA, corresponder ao efetivo aumento do estoque público de capital, supor $\lambda = 0,2$ implicaria somente alterar o valor $\alpha 0 (= 0,882)$, obtido acima, para $\alpha 0 = 0,852$. Entretanto, apesar desta hipótese ser facilmente adicionada ao modelo, considerando-se que o valor escolhido para λ também seria arbitrário, não se imagina nenhum ganho analítico em introduzir uma fonte adicional de ineficiência para o setor público além de αp , por esta razão, a ineficiência representada por λ , apesar de usual, é desconsiderada na descrição do modelo.

O resumo de todos os valores dos parâmetros calibrados está apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Parâmetros Calibrados

Preferência		Tecnologia					Política Básica do Governo			
β	A	δ	δg	θ	ϕ	αg	$\alpha 0$	τg	τk	τh
0,961	0,917	0,095	0,054	0,337	0,082	1	0,882	0	0,110	0,414

4 Resultados

Inicialmente, denomina-se a política pública atual ou real, correspondente ao equilíbrio estacionário do modelo, como “**política básica**” (baseline policy). Esta política é caracterizada por alíquotas médias de impostos constantes ao longo do tempo, além da parcela, também constante, $\alpha 0$. Ou seja, a política básica é definida por: $\{(\alpha 0, \tau g, \tau k, \tau h)\}_{t=0}^{\infty}$, onde os valores dos parâmetros correspondem aos do equilíbrio estacionário do modelo (vide Tabela 1).

O principal objetivo desta seção é verificar os efeitos alocativos e de bem-estar social desencadeados por eventuais mudanças na política básica do governo. Mais precisamente, determinar como mudanças particulares na política básica afetariam as trajetórias das principais variáveis do modelo e como estas novas trajetórias modificariam os níveis de bem-estar das famílias.

A medida de bem-estar que se vai adotar segue Chari, Christiano e Kehoe (1995), equivale ao percentual constante de mudança no consumo, \mathbf{x} , relativo aos níveis correspondentes à **política básica (BP)** para todos os momentos do tempo, t , mantidas as horas de trabalho em seus níveis de política básica, requerido para manter o nível de utilidade igual àquele obtido no experimento da **política alternativa (AP)**. Assim, a medida de bem-estar x deve satisfazer a seguinte equação:

$$\sum_{t=0}^{\infty} \beta^t [\ln(C_t^{BP}(1+x)) + A \ln(1 - H_t^{BP})] = \sum_{t=0}^{\infty} \beta^t [\ln C_t^{AP} + A \ln(1 - H_t^{AP})]$$

onde, H_t^{BP} e H_t^{AP} são as horas de trabalho e C_t^{BP} e C_t^{AP} são os níveis de consumo escolhidos em cada instante do tempo t , supondo-se, respectivamente, a política básica e a política alternativa.

Considerando-se, entretanto, apenas os T primeiros momentos do tempo, t , e definindo-se U^{BP} como o nível de utilidade da política básica determinado pelas trajetórias de consumo $\{C_t^{BP}\}_{t=0}^T$ e horas de trabalho $\{H_t^{BP}\}_{t=0}^T$; e U^{AP} como o nível de utilidade da política alternativa, correspondente às novas trajetórias de consumo $\{C_t^{AP}\}_{t=0}^T$ e horas de trabalho $\{H_t^{AP}\}_{t=0}^T$, mas, admitindo-se que o

valor de T seja suficientemente grande (precisamente, $T = 1200$ períodos), após alguma manipulação algébrica, encontra-se:

$$x \simeq \exp[(U^{AP} - U^{BP})(1 - \beta)] - 1 \quad (25)$$

Através desta equação obtém-se a variação de bem-estar promovida por uma modificação na política básica. Valores positivos (negativos) indicam que a política alternativa é equivalente a uma elevação (redução) permanente de, aproximadamente, $x\%$ nos níveis de consumo determinados pela política básica.

As **políticas alternativas** a serem implementadas são variações do que, a partir de agora, denomina-se: **Política de Privatização, Política P** ou, simplesmente, **Privatização**.

Nas simulações de política supõe-se uma transferência integral de propriedade do estoque de capital público para as famílias. Além disto, supõe-se que a política de privatização determina a fixação de $\alpha_0 = 1$, indicando a ausência de novos investimentos públicos a partir da data onde esta política é anunciada ($t = 0$).

4.1 Política P1: Reduz Investimentos e Mantém Alíquotas de Impostos

A **Política de Privatização 1 (Política P1)** é definida, em $t = 0$, pela fixação de $\alpha_0 = 1$, acompanhada da manutenção dos demais parâmetros de política. Ou seja, a Política P1 é caracterizada pela eliminação ou redução completa de investimentos públicos acompanhada da manutenção das alíquotas de impostos nos níveis anteriores à implementação desta política.

Especificamente, a Política Básica que corresponderia a:

$$\{(\alpha_0 = 0, 882; \tau g = 0; \tau k = 0, 110; \tau h = 0, 414)\}_{t=0}^{\infty}$$

Em $t = 0$, é alterada, pela Política P1, para¹³:

$$\{(\alpha_0 = 1; \tau g = 0; \tau k = 0, 110; \tau h = 0, 414)\}_{t=0}^{\infty}$$

Nenhuma outra mudança, além da redefinição do conjunto de parâmetros $(\alpha_0, \tau g, \tau k, \tau h)$ é necessária, devido a forma como as transferências públicas (equação 15) são definidas no modelo. Entretanto, deve-se lembrar que pela hipótese de completa privatização do estoque público (Gg), este se torna nulo a partir de $t = 0$, sendo o seu valor inteiramente transferido para o estoque privado de infra-estrutura (Gp).

Os efeitos sobre o bem-estar social, medidos através de $x\%$ (vide equação 25), promovidos pela Política de Privatização 1 (P1), para as diferentes combinações dos parâmetros αp e γ , são apresentados na Tabela 2.

¹³Duas hipóteses adicionais, neste ponto, são formuladas. Supõe-se que os agentes econômicos não antecipam esta mudança de política e que, uma vez ocorrida a mudança, esta não é capaz de afetar a credibilidade da nova política.

Tabela 2: Efeitos de Bem-Estar ($x\%$) - Política de Privatização 1 Simulada para Diferentes Combinações de αp e γ

αp	γ		
	0	0,05	0,10
0,5	0,00	-3,98	-8,27
1,0	0,00	0,00	0,00
1,5	0,00	2,06	4,45
2,0	0,00	3,37	7,33
3,0	0,00	4,96	10,90

Os resultados das simulações mostram que os ganhos de eficiência ou bem-estar da Política de Privatização (P1) dependem fortemente do grau de externalidade promovido pela oferta agregada de infra-estrutura (γ) e da qualidade (αp) do estoque privado de infra-estrutura em promover efeitos externos positivos sobre o total da economia *vis-à-vis* a infra-estrutura pública. Especificamente, uma vez admitida a hipótese de $\gamma > 0$, os efeitos de bem-estar da Política P1 são fortemente regulados pelas potenciais ineficiências do setor público em gerenciar seu estoque de infra-estrutura. Deve-se notar, entretanto, que, caso a hipótese: $\alpha p > 1$ não seja válida, os impactos de uma política de privatização, do ponto de vista da eficiência econômica, podem ou ser inócuos (supondo $\alpha p = 1$) ou extremamente danosos para a sociedade (caso $\alpha p < 1$). Admitindo-se uma combinação de $\alpha p = 0,5$ e $\gamma = 0,1$, as simulações mostram um custo para a sociedade equivalente a uma queda permanente no atual nível de consumo, experimentado pelas famílias, superior a 8%. Valor cuja expressividade, certamente, poderia inibir a implementação de uma política de privatização, considerando-se as incertezas quanto aos verdadeiros valores dos parâmetros αp e γ .

Por outro lado, admitidas as hipóteses: $\alpha p > 1$ e $\gamma > 0$, os efeitos positivos da privatização tornam-se bastante expressivos. Para a combinação $\alpha p = 3$ e $\gamma = 0,1$, os ganhos potenciais de bens estar desta política aproximam-se de 11%, ou seja, indicam que seus benefícios podem ser comparados a um acréscimo permanente no atual nível de consumo correspondente a este valor.

O quanto de aumento ou queda na eficiência econômica (ou bem-estar) a Política P1 pode proporcionar, depende, infelizmente, de informações desconhecidas. Isto sugere que atitudes de adoção ou não adoção desta política, por parte do setor público, podem ser consideradas apropriadas dependendo das crenças do governo quanto aos reais valores dos parâmetros αp e γ .

4.2 Política P2: Reduz Investimentos e Alíquotas de Impostos

A **Política de Privatização 2 (Política P2)** é definida, em $t = 0$, pela fixação de $\alpha_0 = 1$, acompanhada de alterações nos demais parâmetros de política (alíquotas de impostos). Especificamente, a Política P2 é caracterizada pela eliminação ou redução completa de investimentos públicos acompanhada de reduções nas alíquotas de impostos.

Na simulação da Política P2, permite-se que o parâmetro γ assumira seus diferentes valores, porém, o parâmetro αp tem seu valor fixado em um ($\alpha p = 1$). O objetivo aqui é tentar capturar potenciais efeitos da política de privatização em outra dimensão, diferente daquela focada, exclusivamente, em diferenças de produtividade ou eficiência entre os setores público e privado.

Na Tabela 3 obtém os efeitos da Política P2 sobre o bem-estar social, medidos através de $x\%$. Nesta, admite-se a possibilidade de ambientes onde o estoque de infra-estrutura pode exercer diferentes impactos sobre a produtividade total dos fatores (através de γ), porém, descartam-se possíveis diferenças de produtividade entre as ofertas pública e privada de infra-estrutura ($\alpha p = 1$). A Política P2, entretanto, é simulada admitindo-se que, após a privatização, o governo decida reduzir as alíquotas de impostos, considerando-se a diminuição de suas atribuições, após a transferência do estoque

de capital público ao setor privado e a, suposta, eliminação de novos investimentos públicos. Quatro possibilidades de redução de alíquotas de impostos são sugeridas. Por simplicidade, estas reduções afetam igualmente alíquotas de impostos sobre a renda do trabalho e capital.

Tabela 3: Efeitos de Bem-Estar ($x\%$) - Política de Privatização 2 Simulada para Diferentes Reduções nas Alíquotas de Impostos e Diferentes Valores de γ , Fixado $\alpha p = 1$

Percentual de Redução	γ		
	0	0,05	0,10
10	1,80	2,08	2,38
15	2,59	3,00	3,45
20	3,32	3,85	4,44
30	4,58	5,36	6,23

É marcante na Tabela 3 que, mesmo quando $\alpha p = 1$ e $\gamma = 0$, a privatização da infra-estrutura pública exerce efeitos positivos sobre a eficiência e o bem-estar. Nota-se ainda que, mesmo quando se faz oscilar o valor de γ entre seus pontos extremos, as diferenças entre os efeitos da Política P2 sobre a eficiência econômica são relativamente pequenas, em nenhum dos casos excede 40%. Por outro lado, para qualquer dos valores de γ considerados, uma relação positiva bem mais expressiva pode ser verificada entre a redução de alíquotas de impostos e o nível de bem-estar social. Considerando-se os valores de γ simulados, verifica-se que, além dos significativos efeitos da Política P2 sobre o nível de bem-estar, existe uma forte sensibilidade destes efeitos positivos em relação às reduções das alíquotas de impostos. Em todos os casos, uma variação na redução de alíquotas de 10% para 30% implica ganhos de eficiência acima de 150%.

Pode-se afirmar, portanto, que, mesmo não havendo consenso quanto ao impacto positivo exercido pela oferta de infra-estrutura sobre a produtividade total da economia (γ) e fortes evidências quanto à ineficiência do setor público *vis-à-vis* o setor privado em gerir a oferta de infra-estrutura ($\alpha p = 1$), existe a possibilidade da política de privatização gerar significativos efeitos positivos. A condição requerida é que, o governo, ao privatizar seu estoque de capital, decida implementar uma política simultânea de redução de impostos¹⁴.

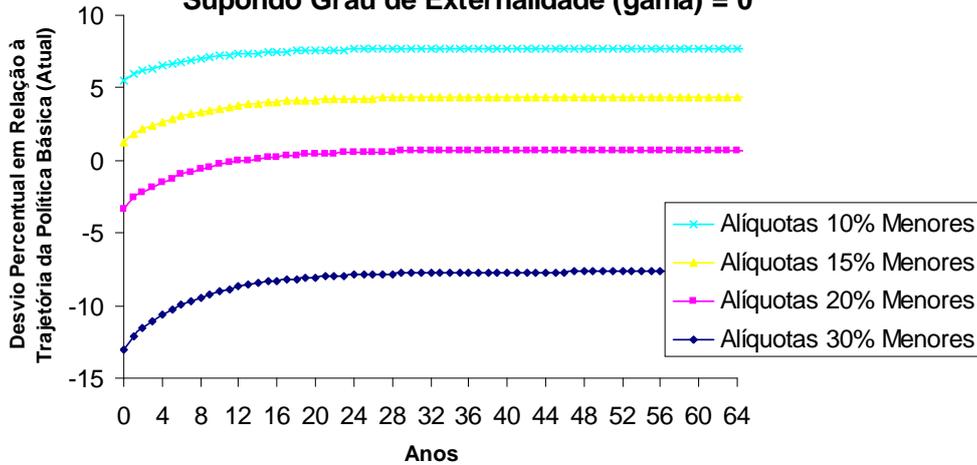
Porém, pode-se identificar um empecilho para o governo implementar uma política de privatização do tipo 2 (Política P2), caso as reduções de alíquotas sejam muito pronunciadas. Este empecilho corresponderia a uma possível queda nos níveis de transferências públicas após a implantação desta política.

Para investigar esta possibilidade é interessante observar as trajetórias de transferências implicadas pela Política P2, considerando-se os quatro casos propostos de redução de alíquotas de impostos após a privatização.

Na Figura 1 apresentam-se estas trajetórias de transferências às famílias implicadas pela Política P2, medidas em termos da mudança percentual em relação a sua trajetória original (ou seja, a trajetória implicada pela chamada Política Básica ou Atual, anterior à implementação da política de privatização). As trajetórias apresentadas correspondem ao caso $\gamma = 0$ (para os demais casos têm-se trajetórias semelhantes).

¹⁴Na Tabela A1 do Apêndice apresentam-se os resultados para a Política de Privatização 2, supondo que a qualidade do estoque privado é superior ao público ($\alpha p = 1,5$). É interessante observar na simulação desta política como a hipótese da relativa ineficiência do setor público, refletida por $\alpha p = 1,5$, somada a uma política de privatização que prescreva a redução de impostos, após a sua implantação, pode proporcionar benefícios, muito superiores àqueles onde a privatização não é seguida da redução de impostos (vide Tabela 1).

**Figura 1: Trajetórias de Transferências às Famílias
Política de Privatização Com Redução de Impostos
Supondo Grau de Externalidade (γ) = 0**



Observa-se na Figura 1 que, para o caso $\gamma = 0$, as Políticas de Privatização com reduções de alíquotas de impostos de 10% e 15% não provocam quedas nos atuais níveis de transferências públicas, ao contrário, no momento em que a política é implementada ($t = 0$) determinam imediatos acréscimos, respectivamente, de 5,5% e 1,2%. Para os casos onde as reduções de alíquotas de impostos são mais pronunciadas, 20% e 30%, os resultados mostram declínios de 3,3% e 13%, respectivamente. Pode-se mostrar que, para os demais valores de γ os resultados são, praticamente, idênticos.

Um governo que não deseje ou que esteja impedido exogenamente de reduzir gastos com transferências, certamente, não escolheria reduções contundentes de impostos após a implementação de uma política de privatização. Porém, reduções menos pronunciadas de impostos, além de não provocarem quedas nas transferências públicas, podem ainda implicar em significativos ganhos de bem-estar e crescimento econômico (trajetórias para o crescimento do produto são apresentadas nas Figuras A1 a A3 do Apêndice).

Portanto, fica claro que, independente de restrições tecnológicas (refletidas pelo parâmetro γ), idiossincráticas ineficiências do setor público (refletidas pelo parâmetro αp) ou restrições institucionais impedindo o governo de reduzir alíquotas de impostos pronunciadamente (refletidas pela necessidade de manutenção das transferências públicas), é possível, ainda, observar claros benefícios da política de privatização com redução de impostos.

Pode-se interpretar este resultado, entretanto, como sendo devido à excessiva distorção causada pelos impostos do governo, anteriores à política de privatização. O governo ao utilizar a receita de impostos para financiar seus gastos, com transferências às famílias e investimentos em infra-estrutura, impõe à economia maiores custos de eficiência que benefícios.

Admitindo-se que as transferências públicas não podem ser reduzidas - seja porque o governo as utiliza como meio de obtenção de outros objetivos que não a eficiência econômica, seja devido a restrições impostas, a ele, por alguma instituição superior - a política de privatização pode funcionar como um ótimo meio de redução de ineficiências ao possibilitar a redução de impostos.

Neste ponto surge a seguinte questão: supondo que as alíquotas de impostos não sejam excessivamente elevadas, de forma que os benefícios proporcionados pela oferta de infra-estrutura pública não sejam inferiores aos seus custos, seriam os efeitos da política de privatização positivos, como claramente mostram-se, em todos os casos simulados, na Tabela 3?

Para tentar responder a esta questão propõe-se investigar os efeitos da privatização em um ambiente onde, antes de uma possível implementação desta política, o governo escolhe de maneira ótima suas alíquotas de impostos.

5 Conclusões

Após iniciais controvérsias, hoje, a privatização de empresas ou outros ativos públicos tornou-se um instrumento de política econômica legítimo e disseminado em muitos países. Certamente, a razão desta mudança baseia-se na crença de que a privatização de ativos públicos contribui para o aumento da eficiência econômica. Entretanto, apesar da vasta evidência empírica indicando aumentos de produtividade de empresas públicas após suas privatizações, as evidências dos efeitos positivos da privatização sobre a produtividade total da economia ainda são parcas e a dimensão destes efeitos desconhecida.

Utilizando-se um modelo de equilíbrio geral, basicamente uma variação do modelo neoclássico de crescimento, investigou-se impactos de crescimento e efeitos de bem-estar proporcionados por uma política de completa privatização da infra-estrutura pública. A economia foi modelada com dois tipos de capital, um inerentemente privado (capital) e um outro com características de bens públicos (denominado genericamente de infra-estrutura), o qual gera externalidade positiva sobre o total da economia (externalidade esta regulada pelo parâmetro γ). Esta infra-estrutura foi suposta ser ofertada tanto pelo governo como pelo setor privado e, além disso, admitiu-se a possibilidade destes estoques apresentarem diferentes níveis de qualidade, o que foi expresso no modelo pela intensidade relativa de contribuição da infra-estrutura privada (parâmetro αp) *vis-à-vis* a pública na promoção dos efeitos externos positivos.

Diante das incertezas quanto à intensidade dos efeitos positivos exercido pela infra-estrutura sobre a produtividade total da economia (γ) e o respectivo grau de contribuição da oferta privada (αp) *vis-à-vis* a pública, na geração destas externalidades, o modelo foi simulado investigando-se os impactos da privatização, sobre o nível de bem-estar ou eficiência econômica, condicionados a ambas estas dimensões.

Para o conjunto de parâmetros analisado, os resultados mostraram que, os efeitos de uma política de privatização que não seja acompanhada de uma redução de impostos, dependem fortemente dos parâmetros αp e γ . Efeitos estes que somente tornam-se, efetivamente, positivos quando se supõem externalidades positivas para o estoque de infra-estrutura ($\gamma > 0$), simultaneamente, a uma qualidade superior para a oferta privada de infra-estrutura ($\alpha p > 1$) comparada à oferta pública. Porém, os ganhos de bem-estar são positivamente relacionados a ambos estes parâmetros. O que indica que uma política de privatização é capaz de gerar maiores benefícios quanto maiores forem os efeitos da infra-estrutura sobre a produtividade total dos fatores e a qualidade de sua oferta privada em relação à pública.

Uma segunda simulação foi realizada com o objetivo capturar potenciais efeitos da política de privatização em outra dimensão, que não fosse aquela focada, exclusivamente, em diferenças de produtividade ou eficiência entre os setores público e privado. Nesta verificou-se que, mesmo quando ambos estes setores apresentam iguais níveis de produtividade ($\alpha p = 1$), para todos os valores de γ , inclusive o caso extremo do estoque de infra-estrutura não propiciar efeitos externos positivos ($\gamma = 0$), pode-se obter aumentos de eficiência com a privatização, desde que esta política seja acompanhada de uma redução nas alíquotas de impostos.

Os resultados indicaram que os efeitos sobre o bem-estar promovidos por esta política dependem fortemente da intensidade de redução nas alíquotas de impostos. Porém, como seria esperado, reduções de alíquotas acentuadas podem gerar um custo para o governo, na medida em que estas provoquem quedas no nível de transferências públicas após a privatização. No entanto, restringindo-se a redução de impostos a níveis que não sejam capazes de afetar negativamente as transferências do governo, ainda assim, é possível se verificar consideráveis ganhos de bem-estar com este tipo de política de privatização.

Fica claro que, independente de restrições tecnológicas (refletidas pelo parâmetro γ), idiossincráticas ineficiências do setor público (refletidas pelo parâmetro αp) ou algum tipo de impedimento a forçar o governo a não reduzir alíquotas de impostos pronunciadamente (refletido na necessidade

de manutenção das transferências públicas), é possível, ainda, observar claros benefícios da política de privatização caso, paralelamente a esta, implemente-se uma redução de impostos.

Este resultado, entretanto, é interpretado como sendo devido à excessiva distorção causada pelos impostos do governo, anteriores à política de privatização. O governo ao utilizar a receita de impostos para financiar seus gastos, com transferências às famílias e investimentos em infra-estrutura, impõe à economia maiores custos de eficiência que benefícios.

6 Bibliografia

Ai, C. e S. Cassou (1995), "A Normative Analysis of Public Capital," *Applied Economics*, 27, pp. 1201-1209.

Aschauer, D., (1989), "Is Public Expenditure Productive?," *Journal of Monetary Economics*, 23, March, pp. 177-200.

Calderón, C. e Servén, L., (2003), "Trends in Infrastructure in Latin America, 1980-2001", Central Bank of Chile, Working Papers 269, September.

Chari, V.V., L.Christiano e P. Kehoe (1995) "Policy Analysis in Business Cycle Models", em Cooley, T. (ed.) *Frontiers of Business Cycles Research*, Princeton Press.

Cooley, T. F. e E. Prescott, (1995), *Economic Growth and Business Cycles*, em Cooley, T. (ed.) *Frontiers of Business Cycles Research*, Princeton Press.

Duffy-Deno, K. e R.W. Eberts (1991), "Public Infrastructure and Regional Economic Development: a Simultaneous Equations Approach," *Journal of Urban Economics*, 30, pp. 329-43.

Easterly, W. e S. Rebelo (1993) "Fiscal Policy and Economic Growth: an Empirical Investigation," *Journal of Monetary Economics*, 32, pp. 417-458.

Ferreira, P. (1998), "Public versus Private Provision of Infrastructure in a Neoclassical Growth Model", Fundação Getúlio Vargas, *Ensaio Econômico EPGE#339*.

Ferreira, P. e L. G. Nascimento (2005), "Welfare and Growth Effects of Alternative Fiscal Rules for Infrastructure Investment in Brazil" Fundação Getúlio Vargas, *Ensaio Econômico EPGE#604*

Glomm, G. e B. Ravikumar (1994), "Public Investment in Infrastructure in a Simple Growth Model," *Journal of Economic Dynamics and Control*, 18, pp. 1173-1187.

Holtz-Eakin, D. (1992), "Public Sector Capital and Productivity Puzzle," NBER Working Paper no. 4122.

Hulten, C. e R. Schwab (1992), "Public Capital Formation and the Growth of Regional Manufacturing Industries," *National Tax Journal*, v.. 45, 4, pp. 121 - 143.

Hulten, C. (1996), "Infrastructure Capital and Economic Growth: How Well Use it May Be More Important Than How Much You Have", NBER Working Paper 5847.

McGrattan, E. R. e E. C. Prescott (2005), "Productivity and the Post-1990 U.S. Economy", *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, July/August 2005, 87(4), pp. 537-49.

Megginson, William e Netter, Jeffrey (2001), “From State to Market: A Survey of Empirical Studies on Privatization”, Journal of Economic Literature, June.

Pritchett, L.(2000), “The Tyranny of Concepts: CUDIE (Cumulated, Depreciated, Investment Effort) is Not Capital”, Journal of Economic Growth, 5 (4): 367-391.

Schmitz, James A. Jr (2001), “Government Production of Investment Goods and Aggregate Labor Productivity”, Journal of Monetary Economics, 47, pp.163-87.

Schmitz, J. A. Jr e A. Teixeira (2004), “Privatization’s Impact on Private Productivity: The Case of Brazilian Iron Ore”, Federal Reserve Bank of Minneapolis Staff Report # 337.

Suescún, R. (2005), “Fiscal Space for Investment in Infrastructure in Colômbia” World Bank Policy Research Working Paper 3629, June.

7 Apêndice

Tabela A1: Efeitos de Bem-Estar ($x\%$) - Política de Privatização 2 Simulada para Diferentes Reduções nas Alíquotas de Impostos e Diferentes Valores de γ , Fixado $\alpha p = 1,5$

Percentual de Redução	γ		
	0	0,05	0,10
10	1,80	4,18	6,94
15	2,59	5,13	8,06
20	3,32	6,00	9,11
30	4,58	7,54	10,98

Figura A1: Trajetórias de Transição do Produto ou Renda Política de Privatização Com Redução de Impostos Supondo Grau de Externalidade (gama) = 0

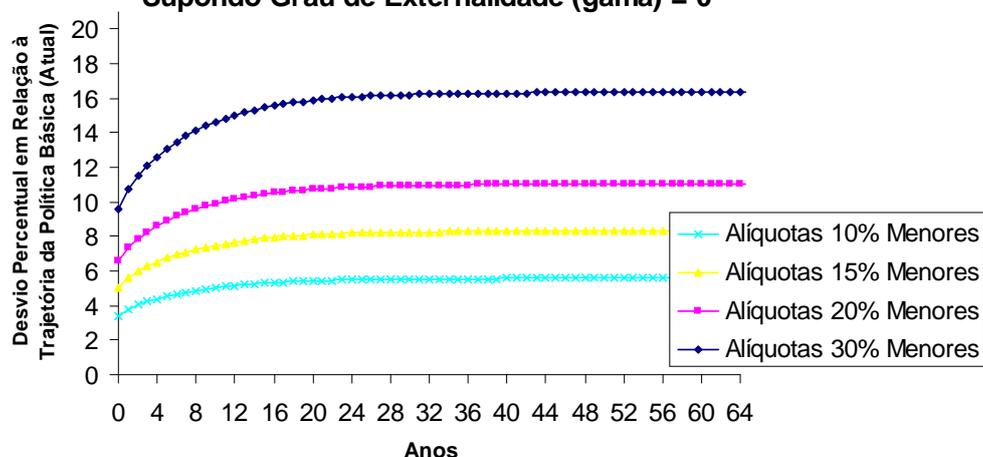


Figura A2: Trajetórias de Transição do Produto ou Renda Política de Privatização Com Redução de Impostos Supondo Grau de Externaldade (γ) = 0,05

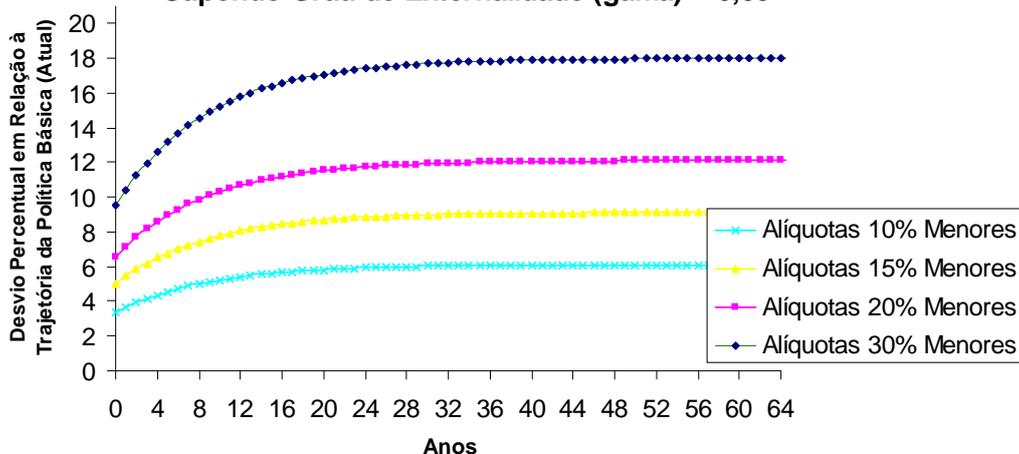


Figura A3: Trajetórias de Transição do Produto ou Renda Política de Privatização Com Redução de Impostos Supondo Grau de Externaldade (γ) = 0,10

